



**SEMINARIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE:
PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO**

**EIXO TEMÁTICO: GT 3 - DESINFORMAÇÃO E INIQUIDADES EM CIÊNCIA E
SAÚDE**

**A importância do Programa Viva Mais Cidadania para pessoas idosas de
comunidades de terreiros de candomblé.**

**The importance of the Viva Mais Cidadania Program for elderly people in
Candomblé terreiro communities.**

**Naiara Maia Alves
Rosa Cândida Cordeiro
Claudia Feio da Maia Lima**

Resumo

O envelhecimento populacional brasileiro tem crescido de forma significativa, evidenciando a necessidade de políticas públicas que garantam os direitos da pessoa idosa levando em consideração as questões de raça, religião e cultura. Este estudo tem como objetivo avaliar a importância do Programa Viva Mais Cidadania para pessoas idosas de terreiros de Candomblé. Trata-se de um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e caráter exploratório a partir da revisão de legislações, publicações acadêmicas e documentos institucionais que abordam a intergeracionalidade e as questões de envelhecimento, religiosidade de matriz africana e direitos humanos. O Programa Viva Mais Cidadania é destacado como uma iniciativa relevante ao promover a comunicação, a formação de questões relacionadas a cidadania, o letramento digital, resistência e inclusão social. Conclui-se que ações formativas com base na educação popular são fundamentais para ampliar o acesso às políticas públicas e consolidar os direitos humanos em comunidades tradicionalmente excluídas.

Palavras- chave: Programa Viva Mais Cidadania; pessoas idosas; Candomblé.

Abstract

Brazil's population is aging significantly, highlighting the need for public policies that ensure the rights of older adults while considering issues of race, religion, and culture. This study aims to evaluate the importance of the *Viva Mais Cidadania* Program for elderly individuals in Candomblé religious communities. It is a bibliographic study with a qualitative and exploratory approach, based on the review of legislation, academic publications, and institutional documents that address intergenerationality, aging, African-based religiosity, and human rights. The *Viva Mais Cidadania* Program is highlighted as a relevant initiative by promoting communication, education on citizenship, digital literacy, resistance, and social inclusion. It is concluded that educational actions based on popular education are essential to expanding access to public policies and consolidating human rights in traditionally excluded communities.

Keywords: Viva Mais Cidadania Program; elderly people; Candomblé

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno que acontece a nível mundial. O Censo demográfico de 2022 revelou que o número de pessoas com 65 anos ou mais no Brasil chegou a 10,9% da população total do país, com alta de 57,4% frente a 2010, quando esse contingente era de 7,4% da população brasileira. (IBGE, 2022). A população idosa é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o grupo etário de 65 anos ou mais nos países desenvolvidos e 60 anos ou mais nos países em desenvolvimento como no Brasil em que o Estatuto da Pessoa Idosa é a legislação instituída com o objetivo de regular os direitos assegurados a esse grupo populacional (BRASIL, 2023). O Estatuto da Pessoa Idosa, em seu artigo 15 assegura à pessoa idosa a atenção integral à saúde por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo com isso: o acesso universal e igualitário, a articulação e continuidade das ações e serviços de saúde, com foco na prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde e com atenção especial às doenças que mais afetam essa faixa etária (BRASIL, 2022). Nos últimos anos, as violações aos direitos das religiões de matriz africana voltaram a ser tratadas como caso de polícia. Além de continuarem discriminadas, as religiões sofrem, hoje, novo processo de violência, de destruição dos seus símbolos sagrados. Diante dos constantes ataques às religiões e culturas afro-brasileiras, essas instituições construíram estratégias,

buscaram outros instrumentos, atuaram em redes locais, regionais, nacionais e internacionais em sua defesa do seu legado. É nesse território e em situação de vulnerabilidade que os mais velhos lutam para fazer valer os seus direitos, compreendidos aqui como o de liberdade para o exercício religioso, o de ir e vir, o reconhecimento e proteção patrimonial material e imaterial, o direito à terra, o direito a usufruir da natureza de modo sustentável, bem como o reconhecimento social e político das lideranças religiosas. Para Ramos (2021) o terreiro de Candomblé, local escolhido para a realização deste estudo, pode ser compreendido como um espaço de elaboração de uma tecnologia de subjetividade afrocentrada e de reconstrução da identidade africana. Para além desse aspecto religioso, o Candomblé resiste à lógica eurocêntrica imposta pela colonização. É preciso reconhecer um enredo histórico de longa duração, que remonta ao sequestro forçado de povos africanos e ao processo de escravização. Diante disso, os terreiros emergem como territórios de resistência e reexistência, nos quais as diversas etnias africanas não apenas preservaram seus saberes ancestrais, mas criaram uma nova forma de estar no mundo, reelaborando suas cosmologias, éticas e estéticas. A presente iniciativa está alinhada ao Programa Viva Mais Cidadania, que além do protagonismo e da busca pela cidadania das pessoas idosas de espaços religiosos de matriz africana nos municípios de Cachoeira/BA e São Félix/BA preconiza o fomento à criação ou fortalecimento de arranjos institucionais através de cursos de formação em direitos humanos e intersetoriais para promover uma mudança cultural em relação aos direitos das pessoas idosas, garantir e viabilizar o acesso às políticas públicas nas comunidades definidas pelo projeto. O Programa busca promover a comunicação e a participação social para a sensibilização sobre o envelhecimento e os direitos da pessoa idosa, combatendo assim a desinformação sobre essa temática e contribuindo para a valorização da cultura, da territorialidade, da memória e da ancestralidade, levando em consideração a intergeracionalidade e as características distintivas dos grupos populacionais envolvidos. A formação em direitos humanos é uma estratégia para capacitar indivíduos para entender, avaliar e garantir a proteção dos direitos humanos, tanto de forma individual ou coletiva. Pode ocorrer através de cursos, workshops, palestras, rodas de conversas, eventos

e iniciativas de educação em direitos humanos, visando o fortalecimento da cultura, das diversidades, do respeito da cidadania. Diante desses aspectos esse estudo foi realizado com o objetivo de avaliar a importância da formação política em Direitos Humanos, na perspectiva da educação popular, proposta pelo Programa Viva Mais Cidadania do Ministério da Cidadania para pessoas idosas pertencentes a comunidades de terreiros de Candomblé dos municípios de Cachoeira e São Félix visando ampliar o conhecimento, a comunicação, fortalecer a cidadania através dos meios de informação, fomentar a equidade e a intergeracionalidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial Teórico

2.1.1 Envelhecimento e Desigualdades Sociais

O envelhecimento é um processo contínuo e natural, marcado por transformações físicas, emocionais e sociais que acompanham o ciclo de vida. Essa experiência é profundamente influenciada pelas condições históricas, econômicas e culturais de cada indivíduo. Conforme Ribeiro et al. (2023), a forma como cada pessoa vivencia a velhice está diretamente relacionada às suas experiências acumuladas ao longo da vida. Escorsim (2021) acrescenta que as desigualdades estruturais, especialmente quando relacionadas à raça e à condição socioeconômica, impactam significativamente os indicadores de saúde e qualidade de vida das pessoas idosas negras no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgados pelo IBGE em 2023, as pessoas com 60 anos ou mais representavam 15,1% da população brasileira em 2022, totalizando mais de 30 milhões de indivíduos. Esse dado evidencia a necessidade urgente de políticas públicas eficazes, que promovam o envelhecimento digno e com direitos garantidos, especialmente para os grupos socialmente vulnerabilizados.

2.1.2 Direitos Humanos e a Pessoa Idosa

Os direitos humanos estão diretamente relacionados à dignidade da pessoa humana e são essenciais para garantir uma vida com liberdade, igualdade e bem-estar. Segundo Oliveira et al. (2021), o conceito de direitos humanos abrange não apenas o direito à vida e à integridade física, mas também direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais. A Constituição Federal de 1988 assegura esses direitos de forma ampla, mas, na prática, muitas pessoas ainda têm seus direitos básicos negados ao longo da vida. No caso das pessoas idosas, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) estabelece a garantia dos direitos fundamentais, como saúde, educação, cultura, lazer, trabalho, previdência social e liberdade, com prioridade absoluta em sua efetivação. No entanto, os dados mais recentes revelam uma realidade preocupante. De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em 2023 houve um aumento de 97% nas denúncias de violações de direitos das pessoas idosas em comparação com o ano anterior, totalizando 102,8 mil casos registrados (BRASIL, 2023).

2.1.3 Povos de Terreiro e Resistência Afro-Brasileira

O termo "povos e comunidades de terreiro" refere-se a grupos sociais que praticam religiões de matriz africana, como o Candomblé, e que mantêm vivas suas tradições ancestrais em territórios considerados sagrados. Esses espaços, historicamente, também funcionaram como moradias e locais de proteção cultural e espiritual. No entanto, os terreiros enfrentam constantes ataques, preconceitos e violações, refletindo a persistente marginalização das expressões afro-brasileiras. Coutinho (2019) reforça que, nos terreiros, o convívio entre os membros se baseia em relações de cuidado, afeto e solidariedade, opondo-se à lógica individualista moderna. Essa estrutura comunitária fortalece os laços intergeracionais e oferece suporte social fundamental para o envelhecimento com dignidade.

2.1.4 O Programa Viva Mais Cidadania

Com o objetivo de combater as violações de direitos humanos e promover o envelhecimento ativo, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania instituiu, por meio da Portaria nº 627/2023, o Programa Viva Mais Cidadania.

A iniciativa visa promover a inclusão social de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas pertencentes a grupos caracterizados por diversidades raciais, religiosas, territoriais e econômicas. O Programa propõe ações intersetoriais e integradas, como escutas qualificadas, formações em direitos humanos com base na educação popular, letramento digital, educação midiática e articulação entre órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. A proposta é fortalecer a cidadania e ampliar o acesso a direitos como saúde, assistência social e previdência. Educar através de uma formação política em direitos humanos representa uma estratégia central do programa, especialmente quando voltada para lideranças comunitárias de terreiros, reconhecendo-as como agentes de transformação e multiplicadores do conhecimento. Ao incentivar o protagonismo da pessoa idosa em seus próprios territórios, o programa contribui para a valorização da cultura, da memória, da ancestralidade e da intergeracionalidade.

2.2 Metodologia

Trata-se de um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa e de natureza exploratória e descritiva, voltado à análise da importância do Programa Viva Mais Cidadania para pessoas idosas de comunidades de terreiros de candomblé que acontecerá nos municípios de Cachoeira/BA e São Félix/BA. O estudo foi desenvolvido a partir da revisão e análise de obras acadêmicas, legislações, relatórios institucionais, artigos científicos, livros, portarias e documentos oficiais relacionados ao envelhecimento, direitos humanos, educação popular, interseccionalidade, religiosidade de matriz africana e políticas públicas voltadas à população idosa. A coleta de dados foi realizada por meio da seleção criteriosa de fontes disponíveis em bases de dados como Scielo, Google Acadêmico, repositórios institucionais e publicações governamentais, com destaque para documentos como o Estatuto da Pessoa Idosa, o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e a Portaria nº 627/2023, que institui o Programa Viva Mais Cidadania. A análise do conteúdo bibliográfico seguiu uma abordagem qualitativa interpretativa, buscando compreender e discutir os conceitos, diretrizes e impactos das ações de

formação política em direitos humanos para o empoderamento da população idosa, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais, raciais e religiosas.

2.3 RESULTADOS

O Programa Viva mais Cidadania garante a promoção da cidadania e direitos humanos visto que pessoas idosas em comunidades de terreiros frequentemente enfrentam múltiplas formas de discriminação etária, racial e religiosa. O programa contribui para o fortalecimento da cidadania, promovendo o acesso a direitos básicos, como saúde, moradia, previdência e assistência social. Vale destacar também a valorização da cultura afro-brasileira já que as comunidades de terreiros são espaços de resistência cultural e espiritual. O programa reconhece e valoriza os saberes tradicionais e das comunidades, reconhecendo que muitas vezes são pessoas idosas as responsáveis pela preservação da memória coletiva e dos rituais. Através da formação em direitos humanos proposta pelo programa busca-se também o combate ao racismo e à Intolerância religiosa pois ao incluir as comunidades de candomblé como um grupo elegível, o Viva Mais Cidadania também se destaca no combate ao racismo religioso, como uma forma de comunicação, um suporte institucional e garantindo a possibilidade de visibilidade a grupos historicamente marginalizados. A inclusão de pessoas idosas de terreiros de Candomblé fortalece essas comunidades tradicionais, promove educação, informação e cuidado coletivo, além do reconhecimento dos mais velhos, como fundamentais para execução do programa. Ainda facilita o acesso dessas comunidades a políticas públicas através do conhecimento adquirido nas formações. No candomblé, os mais velhos e as mais velhas têm um papel de destaque como referência da ancestralidade e de sabedoria da religiosidade e espiritualidade. O programa, ao reconhecer esse papel, contribui para o respeito, o reconhecimento e valorização das pessoas pertencentes as comunidades tradicionais de terreiros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento populacional brasileiro ocorre em um contexto marcado por desigualdades sociais e raciais. Essas desigualdades afetam diretamente o modo como as pessoas idosas tem seus direitos garantidos e vivenciam essa etapa da vida. No caso de pessoas idosas pertencentes a comunidades de terreiro, essas desigualdades se ampliam, dada a persistente marginalização das religiões de matriz africana. A formação política em direitos humanos, na perspectiva da educação popular, proposta pelo Programa Viva Mais Cidadania mostrou-se como uma estratégia importante para o fortalecimento da cidadania e da participação social. Por meio da valorização dos saberes comunitários, do estímulo à análise crítica e da articulação com políticas públicas, a educação popular contribui para a transformação das realidades locais e o empoderamento das lideranças comunitárias. As pessoas idosas, os mais velhos e mais velhas que atuam como lideranças nos terreiros assumem um papel central na preservação da memória, da ancestralidade e dos valores culturais afro-brasileiros. Sua atuação vai além do aspecto religioso, assumindo funções sociais e educativas fundamentais para a coesão e continuidade das comunidades. Reconhecer e fortalecer essas lideranças através de formações é fundamental para a promoção de uma sociedade mais justa e plural e a garantia dos direitos. Os objetivos do Programa Viva Mais Cidadania demonstraram sua relevância enquanto política pública voltada à inclusão social de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade. Suas ações de formação, letramento digital e articulação intersetorial contribuem de forma significativa para o enfrentamento das violações de direitos humanos e da desinformação. Conclui-se que iniciativas como essa devem ser ampliadas e aperfeiçoadas, especialmente quando direcionadas a contextos historicamente excluídos, como os povos de terreiro de Candomblé.

REFERÊNCIAS

BRASIL Portaria nº 627, de 2 de outubro de 2023. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania Esplanada dos Ministérios. Programa Viva mais cidadania. 2023.

BRASIL. Envelhecimento E Saúde Da Pessoa Idosa. Ministério da Saúde, Brasília - DF 2007. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abcad19.pdf>>.

BRASIL. Nota Informativa nº 5/2023 MDS/SNCF Envelhecimento e o direito ao cuidado. Brasília, Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 14.423, de 22 de outubro de 2022. Brasília: DF, Julho de 2022.

COUTINHO Iendrick, D. . A casa de candomblé: família e negociações de domesticidade. *Sacrilegens* , [S. l.], v. 16, n. 1, p. 148–161, 2019. DOI: 10.34019/2237-6151.2019.v16.28830. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/28830>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ESCORSIM, Silvana Maria. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. *Serviço Social & Sociedade*, n. 142, p. 427-446, 2021.

RAMOS, Rodrigo Maciel. A ancestralidade: construção e aquisição de identidades africanas no Brasil realizadas apartir da cultura do Candomblé. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei , v. 16, n. 2, p. 1-16, jun. 2021 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 abr. 2025.

RIBEIRO, Marcela Tavares Silva et al. Negritude E Envelhecimento: Caminhos Para O Empoderamento Na Terceira Idade. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV191_MD1_ID107_TB777_28112023231830.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

OLIVEIRA, Maria Helena Barros de; TELES, Nair; CASARA, Rubens Roberto Rebello. *Direitos Humanos e Saúde: reflexões e possibilidades de intervenção*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.